

SUMÁRIO

01 - Introdução	11
02 - Direito autoral: a experiência legislativa brasileira	15
2.1 - Breve intróito	15
2.2 – A experiência legislativa brasileira	15
03 - Direito autoral: conceitos preliminares	21
3.1 - Breve intróito	21
3.2 - A obra intelectual	21
3.3 - Autor e titular da obra intelectual	24
3.4 - Direito autoral: conceito	28
3.5 - Direito autoral: natureza jurídica	30
3.6 - As vertentes morais e patrimoniais dos direitos autorais	33
3.6.1 - Direito moral de autor: evidência personalíssima.....	33
3.6.2- Direitos patrimoniais de autor: repercussão econômica da criação intelectual	38
3.6.2.1 - Fundamento constitucional	38
3.6.2.1.1 - Interpretação (concretização) dos incisos XXVII e XXVIII, do art. 5º, da CF/88	42
3.6.2.2 - Fundamento Infraconstitucional	49
04 - Direito autoral de execução pública musical	51
4.1 - Conceito doutrinário	51
4.2 - Conceito legislativo	55

4.3 - Abrangência legislativa infraconstitucional do princípio da exclusividade na seara da execução pública musical	57
05 - Gestão coletiva dos direitos autorais	63
5.1 - Considerações introdutórias	63
5.2 - Histórico brasileiro	67
5.3 - A solução legislativa: origem do escritório central de arrecadação e distribuição	73
06 - O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, e a Lei 9.610/98	83
6.1 - A opção do legislador de 1998 pela manutenção da gestão centralizada	83
6.2 - Constitucionalidade do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. A histórica ADIN 2054-4, do Distrito Federal	90
6.3 - A legitimidade do ECAD para atuar em juízo	93
6.4 - A legitimidade dos regulamentos de arrecadação e distribuição do ECAD	98
6.4.1 - O regulamento de arrecadação	101
6.4.1.1 - Finalidades e princípios gerais	102
6.4.1.2 - Aplicação das normas de cobrança	115
07 - Conclusão	121
08 - Referências bibliográficas	123
ANEXO I – Estatuto do ECAD	129
ANEXO II – Regulamento de arrecadação do ECAD	141
ANEXO III – Tabela de preços do ECAD	151